

revisão efetuada ao Código de Trabalho em 2009, permitiu-se fazer caducar diversas convenções.

Propomos que esta norma seja anulada por convenção coletiva de forma a impedir que a mesma caduque.

**ESCREVE AS TUAS PROPOSTAS
ENTREGA AO TEU DELEGADO OU DIRIGENTE SINDICAL**
(ou através do mail: strup@strup.pt)



FECTRANS CGTP-IN



**PROJECTO DE
REVISÃO**

2017

SCOTTURB

PROJECTO DE REVISÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.

Para o período de vigência das convenções coletivas de trabalho do setor dos Transportes Rodoviários e Urbanos (2016/2017), a FECTRANS, apresenta como propostas reivindicativas centrais, ***uma relação efetiva e permanente de todos os vínculos laborais***, uma ***melhoria salarial*** que represente um efetivo aumento do salário, a ***redução da duração semanal do tempo de trabalho*** e a regulação do mesmo de forma a responder às necessidades sociais dos trabalhadores e a ***anulação das normas gravosas do Código de Trabalho*** particularmente a que estabelece a caducidade das convenções coletivas de trabalho.

A proposta de revisão da Convenção coletiva, integrará ainda, outras reivindicações específicas considerando a realidade social de cada empresa ou subsetor de atividade, nomeadamente, subsidio de ***agente único***, custos com a ***formação profissional***, créditos ***vencidos*** e não pagos, entre outras que os trabalhadores venham a apresentar no decurso dos contactos a efetuar durante o mês de outubro

A FECTRANS propõe-se construir com os trabalhadores uma proposta de revisão da convenção coletiva a apresentar à Administração da Empresa até o dia 30 de outubro. As propostas apresentadas pelos trabalhadores são importantes por isso apelamos a que participem na elaboração da sua proposta.

O futuro não se constrói com uma política de baixos salários, de empregos precários e de longos horários.

O agravamento da injustiça na distribuição do rendimento entre os rendimentos do trabalho e os rendimentos do capital (de empresa e de propriedade) acentuou-se brutalmente a partir de 2010. Os ordenados e salários passaram de 37,4% do valor do PIB em 2000

para apenas 33,6% em 2015, sendo este o valor mais baixo dos últimos 20 anos.

Propomos um aumento dos salários de pelo menos, 4% e um acréscimo salarial não inferior a 40 euros/mês, enquanto elemento estruturante para uma mais justa repartição da riqueza, a dinamização da economia e a criação de emprego;

Oito em cada dez empregos criados em termos líquidos em 2015 não tinha vínculo permanente (25% dos contratos feitos nos primeiros dez meses de 2015 foram com duração inferior a 60 dias), significando que o emprego criado não é estável nem tem qualidade. Nas empresas de transporte de passageiros e ou mercadorias, não existe fundamento legal para o elevado numero de contratos precários existentes.

Propomos que todos os trabalhadores com contratos a prazo ou outros vínculos precários passem a ter um vínculo efetivo e permanente.

A FECTRANS sempre se bateu pela limitação do tempo de trabalho para todos os trabalhadores, trabalhem no sector público ou privado. Para todos é válida a semana de referência de 35 horas de trabalho. Sendo verdade que a maioria dos trabalhadores no sector privado tem ainda períodos normais de trabalho (PNT) de 40 horas, os dados disponíveis demonstram que existem pelo menos 366 mil trabalhadores com durações inferiores em resultado, nomeadamente, de acordos consagrados na contratação coletiva.

Propomos que seja estabelecido um calendário para a redução da duração máxima do período normal de trabalho para as 35 horas, de forma progressiva.

O direito de contratação coletiva – um direito fundamental que a Constituição expressamente consagra e atribui aos sindicatos – foi em boa parte posto em causa nos seus aspetos nucleares com a